

Publicação Mensal

2017

nº 8

Agosto

ano
33

ISSN 1981-5514

BDM

Boletim de Direito Municipal

NDJ

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

A COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DOS MUNICÍPIOS PARA ASUNTOS DE INTERESSE LOCAL E POSSÍVEIS CONFLITOS COM A COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA DISPOR SOBRE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (Marília dos Santos Dias Rennó; Carolina Barros Fidalgo; Rafaela Coutinho Canetti) **533**

O PSA URBANO COMO MANIFESTAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO (Rodrigo Henrique Branquinho Barboza Tozzi) **549**

DO SOLO URBANO À LUZ DOS EQUIPAMENTOS URBANOS: SINGELAS TESSITURAS SOBRE A TEMÁTICA (Tauã Lima Verdán Rangel) **557**

QUESTÕES PRÁTICAS

CONVÊNIO – Pretensa celebração de ajuste entre a Urbe e pessoa jurídica de Direito Privado – Art. 116 da Lei de Licitações – Descabimento – Vigência da Lei nº 13.019/2014 – Interesses contrapostos – Contrato administrativo – Efeitos retroativos – Impossibilidade **567**

AGENTE PÚBLICO – Empregado público ocupante de cargo em comissão – Demissão *ad nutum* – Ausência de estabilidade – Demissão a qualquer tempo, independentemente de qualquer justificativa ou processo administrativo – Desnecessidade de exame demissional – Exoneração em período de afastamento por auxílio-doença – Inexistência de vício no ato – Descabimento de reintegração – Benefícios previdenciários – Considerações **568**

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

LOTEAMENTO IRREGULAR – Condenação do Município a realizar somente as obras essenciais – Infraestrutura necessária para inserção de malha urbana, como ruas, esgoto, energia e iluminação pública, de modo a atender os moradores já instalados – Poder-dever da Urbe – Responsáveis que devem ser cobrados dos custos incorridos na atuação saneadora do ente municipal – Interpretação do art. 40, § 5º, da Lei nº 6.766/1979 (STJ) **571**

IMÓVEL URBANO – Aplicação de multa pela má-conservação do bem – Notificação preliminar por meio de edital publicado no Diário Oficial do Município – Validade, nos termos da legislação – Posterior lavratura dos autos de infração, também publicados no veículo de imprensa oficial, assegurando o exercício do contraditório e da ampla

defesa – Redução do valor da sanção pecuniária – Cabimento, tendo em vista a metragem do terreno e da não caracterização de reincidência – Pretensão pagamento da penalidade com desconto de cinquenta por cento – Inadmissibilidade (TJPR) **577**

DIREITO À EDUCAÇÃO – Município – “Programa Todos pela Educação” – Concessão de bolsas de estudos em instituições privadas a alunos da rede pública – Alegação por estudante de que os critérios adotados afrontam o princípio da publicidade, da legalidade e da razoabilidade – Não ocorrência – Redução do número de vagas respaldado em dispositivo legal, tendo em vista se encontrar adstrito ao valor de ISSQN devido mensalmente à Urbe, acrescido do valor de 20% – Inexistência de violação à isonomia – Observância à legislação de regência (TJRJ) **584**

PODER DE POLÍCIA – Município – Interdição de empresa que envasa e comercializa água mineral em virtude de indícios de contaminação dos consumidores – Recolhimento dos produtos suspeitos – Poder-dever do ente da polícia sanitária – Risco à saúde pública – Aplicação de medidas autoexecutáveis – Presunção de legalidade e legitimidade dos atos administrativos – Razoabilidade e proporcionalidade – Não cabimento do dever de indenizar – Ato lícito – Exercício regular de direito pela Administração e dever funcional dos servidores responsáveis pela fiscalização sanitária (TJSC) **587**

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO – Associação promotora de jogo de pôquer – Alegada modalidade *texas hold'em* em que a atividade esportiva depende da habilidade do jogador – Controvérsia sobre a caracterização como jogo de azar – Irrelevância, na hipótese, visto não terem sido esclarecidas as questões da cobrança de taxa de inscrição, pagamento de entrada no clube, apostas, entre outras – Não demonstração da inexistência da prática de atividade ilícita no estabelecimento – Legalidade do indeferimento do ato administrativo (TJSP) **595**

CONVÊNIO – Celebração entre o Município e o Ministério do Turismo – Apoio à realização do “Festival da Castanha” – Contratação direta de empresa para realização de shows – Ausência de nexo causal entre as despesas do pacto e os recursos federais recebidos – Não comprovação pelo gestor do efetivo pagamento às bandas que teriam se apresentado no evento – Irregularidades das contas do ex-Prefeito – Condenação em débito – Aplicação de multa (TCU) **600**